

# A questão nacional no pensamento crítico da América Latina

Avance de investigación en curso  
GT17: Pensamento Latino-americano.  
Olívia Carolino Pires

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo examinar a questão nacional como desdobramento da contradição que move o processo histórico na América Latina. O aleijume na formação nacional, nas ex-colônias do continente a oeste do Atlântico coloca ao pensamento crítico marxista latino-americano, o tema da Libertação Nacional, fundamental para maior parte dos povos e que não era uma proposição original de Marx. Nossas análises preliminares conduzem à ideia de que a formulação política de um “horizonte de tarefas nacionais e democráticas pendentes de serem realizadas” pode contribuir para a organização e lutas dos trabalhadores.

Palavras-chave: marxismo; libertação nacional; socialismo;

## Introdução

A América Latina, a partir das contradições de seu processo histórico de desenvolvimento capitalista, apresenta peculiaridades na questão das formações nacionais, amplamente abordadas nos estudos do subdesenvolvimento, capitalismo periférico e dependente. Essas teorias se constituem a partir da formulação bastante conhecida de que o capitalismo sempre foi um modo de produção mundial, de valorização em escala internacional e universal, mas que se desenvolve em formações sócio-econômicas específicas. Tomamos esse pressuposto como ponto de partida para uma reflexão sobre a questão nacional, com vistas a reunir elementos para examinar a hipótese de que, dessa especificidade deriva um sentido nacional próprio de cada formação sócio-econômica.

O objetivo desse artigo é examinar a questão nacional como desdobramento da contradição que move o processo histórico na América Latina. Nos marcos do referencial de análise do método do materialismo histórico dialético, tratando-se de um processo histórico diferente do que aconteceu na Europa, com uma base material distinta, é de se supor que o pensamento crítico sobre as determinações dessa realidade tenha um conteúdo com especificidades próprias, em relação ao assumido nas formulações do marxismo clássico, que reflete a contradição que move o processo histórico europeu e se universalizou como o fundamento do pensamento crítico da classe trabalhadora em nível mundial.

No presente artigo apresentamos uma revisão bibliográfica a fim de reunir contribuições que permitam examinar as contradições do desenvolvimento capitalista na América Latina, que colocam ao pensamento crítico marxista o tema de tarefas pendentes a serem realizadas na construção nacional, sem o qual não se pode pensar em democracia e nem em uma esfera de desenvolvimento autônomo para povos que aqui habitam<sup>1</sup>.

Para essa reflexão trazemos a contribuição de Vito Antonio Letizia<sup>2</sup> por meio de documentos bibliográficos e entrevistas a respeito dessa temática. Nas contribuições de Letizia vamos destacar o que ele chama de *aleijume* na formação nacional, nas ex-colônias do continente a oeste do Atlântico. O *aleijume na formação nacional* coloca ao pensamento crítico marxista no caso latino-americano, o

---

<sup>1</sup>Obras como as de Michel Lowy - *Marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais* (2ª edição) (2006, Editora Perseu Abramo) - colocam as especificidades da América latina, nas pautas das discussões marxistas.

<sup>2</sup>Vito Antonio Letizia foi professor de Economia da PUC SP, fundador do grupo *Interludium reflexões anticapitalistas* em 2011, autor de *A Grande Crise Rastejante*, Editora Caros Amigos 2012.

tema da Libertação Nacional, fundamental para maior parte dos povos e que não era uma proposição original de Marx. Para nos ajudar a sustentar essa hipótese trazemos também as contribuições de Fernando Martinez Heredia<sup>3</sup>.

No presente artigo, nosso propósito é promover um “encontro” de dois professores que foram fundamentais na minha formação e que despertaram em conversas e estudos esse tema objeto da pesquisa que venho desenvolvendo sob a orientação do professor doutor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, para quem a questão nacional também é muito cara, contribuindo com um contraponto em relação aos desdobramentos políticos inerentes à ideologia nacional<sup>4</sup>.

Numa primeira aproximação podemos identificar pelo menos dois tipos de apropriações da questão nacional. Uma delas é a que predomina a questão nacional como ideologia burguesa. Exemplos dessa apropriação, vão desde movimentos de massa em nome da questão nacional que levaram a nazismo ou fascismo até processos que em torno da questão nacional foram feitas alianças de classe entre a burguesia e os trabalhadores que comprometeram o avanço de nas lutas desses últimos. A segunda forma de apropriação pode ser caracterizada pela presença do apelo ao "nacional" em siglas representativas de organizações, movimentos e partidos que não separam libertação nacional de socialismo e antiimperialismo em seus processos de lutas.<sup>5</sup>

Analisar a questão da apropriação do "nacional" é relevante, pois se trata de uma temática presente em formulações como as do nacional desenvolvimentismo, e atualmente no debate sobre o chamado neodesenvolvimentismo em alguns países da América Latina defendido com propostas ancoradas em ideologias e matizes políticas diversas.

Nas manifestações da chamada “Jornadas de Junho” de 2013 no Brasil se deu concretamente a disputa pelos símbolos nacionais nas ruas, principalmente da bandeira nacional entre forças de esquerda e direita.

Esse cenário de diversidade de apropriação do "nacional" coloca uma indagação que acreditamos ser importante para a classe trabalhadora, qual seja: a formulação política de um “horizonte de tarefas nacionais pendentes de serem realizadas” contribui para a organização e lutas dos trabalhadores ou representa um retrocesso, um rebaixamento de programas partidários ou até uma ameaça?

A busca de respostas para essa questão deve levar em conta necessariamente essa dupla apropriação do "nacional" tanto em termos da primeira forma de apropriação, relacionada a questão nacional como ideologia burguesa quanto em termos da segunda forma de apropriação do "nacional" relacionado a processos emancipatórios<sup>6</sup>.

Nosso propósito é focalizar essa segunda apropriação do "nacional" por seu vínculo umbilical com a história da América Latina, que por suas características trouxe novas formulações e modos de

<sup>3</sup>Fernando Martinez Heredia: Doutor em Direito e professor titular adjunto da Universidad de La Habana, onde dirigido Departamento de Filosofia. Trabalha como investigador titular do Centro Juan Marinello, do Ministério de Cultura de Cuba. Ensaísta e historiador, foi diretor da revista cubana *Pensamiento Crítico*, e se dedicou as pesquisas sobre a revolução, a historia cubana e aos movimentos populares latinoamericanos. É autor de uma dezena de livros e de mais de 200 ensaios e artigos publicados em numerosos países. É membro da Unión de Escritores y Artistas de Cuba.

<sup>4</sup>Departamento de Política da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP); coordenador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS); autor de Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. Florianópolis: EDUFSC, 2006.

<sup>5</sup>Exemplos: Ação Libertadora Nacional (Brasil, 1966), Frente Sandinista de Libertação Nacional (Nicaragua, 1979), Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (El Salvador, 1980), Exército Zapatista de Libertação Nacional (México, 1994) etc. Também processos como no Viet Nam, China, Coreia, nas colônias portuguesas e Argélia Estados na África se qualificaram como socialistas nas primeiras décadas de sua existência enquanto tal, e foram marcados por movimentos políticos que desejavam unir a justiça social a busca de Libertação Nacional.

<sup>6</sup> “Uma fonte inesgotável de equívocos sobre o nacionalismo consiste em tratá-lo diretamente, sem considerar a estrutura ideológica que lhes confere pertinência política (ALMEIDA, 1997, p. 86)

pensar o desenvolvimento, a democracia e processos de transição socialista com um conteúdo original em relação ao marxismo especialmente na questão do internacionalismo proletário.

Procurando reunir essas ideias dividimos o artigo em três momentos:

O primeiro momento Nações Negadas, baseado nas contribuições de Vito Letizia (2012) aborda a contradição entre Sociedade Ocidental e Sociedades Nativas que tem como força motriz a violência. Dessa contradição se desdobra o primeiro molde gerador da forma social das colônias baseado em dois métodos de colonização: "sociedades subjugadas" e "sociedades rejeitadas". Esse “modo de agir com violência” é a marca de como a contradição vai se desenvolver no processo histórico do continente. Identificar a violência como força motriz do processo explica a condição de sub-humanidade que foram lançados os povos nativos do continente oeste atlântico que vem a ser uma violência de natureza distinta da violência identificada por Marx na “Assim Chamada Acumulação Primitiva” (Capítulo XXIV, O Capital).

O segundo momento, Nações Aleijadas ainda apoiados nas contribuições de Letizia (2012) reunimos elementos para examinar como a ressonância da revolução francesa portadora dos ideais de emancipação da modernidade repercute na América Latina e fica restritas a independência política da burguesia o que esvazia a questão nacional dos Movimentos de Independência. Ao esvaziar a luta emancipatória de seu sentido nacional as tarefas não-realizadas no processo de independência reaparecem transmitidas a épocas posteriores.

E por fim, Nações *por venir* se baseia nas contribuições do cubano Fernando M. Heredia (2005) que mostra as peculiaridades que fazem com que no processo histórico da América Latina os povos do continente estão condenados a ir além dos ideais da modernidade, e, portanto dessas aspirações, para virem a se constituir como nações.

## 2) Nações Negadas

A análise de longa duração nos possibilita captar a contradição que move o processo histórico no continente a pretexto de identificar as forças sociais cujas contradições puseram em movimento cada momento sucessivo do processo histórico do Continente Oeste-Atlântico.<sup>7</sup>

O termo invasão em si remete à violência. A invasão dos espanhóis e portugueses nas terras das colônias ocidentais destroem as sociedades nativas com objetivo fundamental de torná-las fonte de riqueza mercantil. O que move a colonização é a pressão crescente das cortes sobre os empreendedores mercantilistas por um maior rendimento monetário das Colônia. Usufruindo de direitos exclusivos e privilégios, os mercadores não deixariam de ser firmes guardiões dos laços com a metrópole, laços esses que faziam das colônias meras extensões territoriais da Europa Ocidental. (LETIZIA, 2012)

É recorrente nas análises críticas de interpretação da formação sócio econômica do Brasil o entendimento muitas vezes generalizado para América de que "*A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa*" como diz Celso Furtado (1968) no início do primeiro capítulo de seu livro Formação Econômica do Brasil.

Nesse capítulo ou episódio da expansão mercantilista a violência foi a protagonista e vai marcar o desfecho do desenvolvimento no continente. Da perspectiva das preocupações de nosso trabalho o que é preciso destacar que desse capítulo ou episódio se tem a primeira contradição que move a história no

---

<sup>7</sup>FARRET, R. L. e PINTO, S. R. (2011) trabalham com a idéia de um processo de construção da idéia de América Latina como conceito e simbologia na modernidade e identificam a criação do nome América Latina e a sua predominância frente aos demais termos empregados para definir a identidade continental em fins do século XIX, tais como hispanoamérica, indoamérica, iberoamérica, entre outros.

Continente Oeste-Atlântico: a contradição entre Sociedade Ocidental e Sociedades Nativas que tem como força motriz a violência<sup>8</sup>.

A força expansiva da economia mercantil ocidental fez com que o homem civilizado ocidental se deparasse com sociedades nativas, sendo elas nações civilizadas ou nações primitivas, e a superioridade militar garantiu o desequilíbrio de forças favorecendo a vitória das forças invasoras.

Dessa contradição se desdobra o primeiro molde gerador da forma social das colônias, e do desfecho das guerras resultou o “modo de agir e a ideologia” que criaram as relações de trabalho brutais com os nativos subjugados; relações reforçadas pelo tráfico e pela exploração de escravos africanos, que não poderiam deixar de ser transferidas parcialmente a toda força de trabalho livre da época e que até hoje reproduzem o modo de agir e a ideologia nas relações da burguesia com a classe operária, assim como as da burguesia com seus serviços prática notadamente comum nos atuais países americanos.

Nos moldes da violência e da negação se estrutura a forma social das colônias ocidentais oeste-atlânticas, a forma de comunidades já distintas das comunidades metropolitanas, por terem se tornado, só ali, aptas ao extermínio de povos inteiros ou sua exploração até o limite último de suas forças físicas no trabalho compulsório. (LETIZIA, 2012)

A diferença que aqui registramos com os explorados nas metrópoles é a negação da humanidade dos explorados. As sociedades nativas foram lançadas em condição de sub humanidade ao descartar no processo de exploração a nação nativa como unidade básica e funcional de toda, e qualquer, sociedade humana.

Só uma resistência vitoriosa de sociedades nativas poderia levar os colonos a ampliar seu agir humano, o que geraria outro molde social básico, menos brutal e mais igualitário nos novos países ocidentais em formação no Continente Oeste-Atlântico. Isso não tendo sido possível, o uso exclusivo da violência na exploração mercantil se tornou o modo de agir fundante das sociedades coloniais ocidentais do Continente. (LETIZIA,2012,p.8)

Esse “modo de agir com violência” é a marca de como a contradição vai se desenvolver no processo histórico do continente. É da contradição Sociedade Ocidental e Sociedades Nativas que vem o impulso para o surgimento da contradição que trouxe as colônias ocidentais à existência enquanto comunidades distintas das européias. Esses fatos explicam o fundamento para compreender nesses termos que a nação que se constitui nas formações sociais ocidentais a oeste atlântica como nações aleijadas.

### 3) Nações Aleijadas

A questão nacional tem um conteúdo distinto do processo europeu em se tratando do processo da América Latina. Numa primeira aproximação diríamos: enquanto no primeiro as aspirações nacionais foram sintetizadas na forma de organização social própria da dominação burguesa que é o Estado-Nação<sup>9</sup>; na segunda, essas aspirações repousam no povo portador da tarefa de realizá-las<sup>10</sup>.

<sup>8</sup>“O primeiro confronto dessas forças se desenrolou sob o signo da violência, e sua coabitação - mais precisamente a exploração do colonizado pelo colono - prosseguiu graças às baionetas e aos canhões" (FANON, 1979, p 52)

<sup>9</sup>“gradualmente se aproximariam de um modelo internacional de um Estado – Nação definido territorialmente, com uma Constituição garantindo a propriedade e os direitos civis, assembleias representativas e governos eleitos por elas e, quando possível, uma participação do povo comum na política dentro de limites tais que garantissem a ordem social burguesa e evitassem o risco de ela ser derrubada. (HOBSBAWM,2004, p. 19)

<sup>10</sup>Acreditamos que essa formulação vai ao encontro da diferença elaborada por Lenin entre os chamados nacionalismo de “nação oprimida” e nacionalismo de “nação opressora” (Lenin, 1971;590) IN (ALMEIDA, 1997, p. 88)

Para caracterizar a nação que na América se forma recorreremos a contribuição de LETIZIA (2012) que desenvolvimento capitalista mundial coube às ex-colônias uma formação nacional aleijada. Na América Latina, os Estados nascidos dos Movimentos de Independência<sup>11</sup>(1808 – 1829) das ex-colônias espanholas e portuguesa no século XIX, a construção de novas nações se deu sob a liderança de burguesias que capitanearam a luta emancipatória. Desse modo, as aspirações nacionais que a modernidade alçara a partir da Europa repercutiram entre o povo pobre das ex-colônias, mas, aliados do processo emancipatório, ficaram as aspirações pendentes de serem realizadas, sem aplicação na forma de Estado-Nação que se constituiu.

A constituição da nação burguesa no século XIX na Europa ocidental esteve relacionada às aspirações de universalizar os direitos políticos de populações inteiras alçadas à vida de povos. Essa é uma tarefa histórica que surge como reivindicação antifeudal da burguesia capitalista nascente no ocidente e que se manifesta pela exigência de novas formas de propriedade, comandadas pela circulação de moeda de crédito, e de novas relações sociais, tendentes a um individualismo mais desenvolvido, exigências estas postas pela primeira vez pelo conjunto da sociedade europeia a partir da Revolução Francesa. Esta tarefa histórica decorre das convulsões sociais da Europa e repercutiram entre o povo.

LETIZIA (2012) nos sugere pensar como na América a bandeira da Revolução Francesa teve uma tradução particular desse significado universal, exatamente por ser feita pelos segmentos urbanos da classe mercantil colonial, que era o grupo social mais informado e mais apto a responder aos acontecimentos europeus, assim como o mais interessado em mudanças aparentemente alcançáveis nas relações com a metrópole.

A ressonância da Revolução Francesa na América Latina que se dá notadamente pelo aparecimento dessas aspirações como decorrência da continuidade social entre as metrópoles europeias ocidentais e suas colônias americanas, chega à América de colonização ibérica como caráter civilizatório, repercute entre o povo como aspiração à emancipação e desencadeia os Movimentos de Independência.

Consideramos importante destacar nessa análise que essa repercussão distorcida, corresponde ao rebaixamento humano das sociedades coloniais, onde as grandes ideias revolucionárias só poderiam ser mal traduzidas por suas lideranças. Desse modo, a questão nacional na América é que a tarefa histórica colocada como pano de fundo nos Movimentos de Independência, relacionada a aspirações gerais dos povos da América de constituir-se em nações fica pendente de realização.

É amplamente abordado na literatura sobre o período dos Movimentos de Independência da América Latina que esses movimentos aparecem apenas como necessidade de diferenciação de interesses econômicos regionais impulsionados pelo desenvolvimento do mercado mundial capitalista, que vão aos poucos se afastando dos da metrópole, até desembocar na necessidade de construção de uma nação livre politicamente. LETIZIA (2012) se refere a isso como “a visão de curto alcance característica comum a todas as burguesias independentistas, mesmo as mais avançadas”.

Enquanto a burguesia reduzem os movimentos à "visão de curto alcance", o povo estende seu horizonte. Para as classes exploradas e oprimidas, a Independência coloca como aspiração à Igualdade, sentida como conquista imediatamente ligada à liberdade na nação projetada no horizonte pela revolta geral.

A questão é que o povo, o povo explorado e oprimido não podia deixar de ver a questão da liberdade como uma possibilidade concreta de universalizar os direitos humanos e civis proclamados pela Revolução Francesa, o que o fazia fundir a liberdade com a realização da igualdade, isto é, com a abolição da escravidão e da

---

<sup>11</sup> Exemplos: Equador (1809), Venezuela (1810), México (1810), Paraguai (1811), Argentina (1816), Chile (1818), Uruguai (1818), Nicarágua (1838), Guatemala (1839).

servidão, inevitavelmente ligada ao livre acesso à apropriação da terra para todos. E essas aspirações populares foram frustradas nos movimentos de independência. (LETIZIA,2012,p. 20)

A análise de como se moveram as forças sociais nesse momento histórico é o fundamento para se entender que apesar do processo ser portador do conteúdo da emancipação os Movimentos de Independência na América Latina esvazia esse conteúdo na medida em que as aspirações ficam restritas a independência econômica da colônia com relação à economia da metrópole européia.

Não houve nos processos de independência da América Latina a apropriação do território pelo povo nem a universalização dos direitos civis, portanto na América Latina a constituição da nação esta liquidada na Independência que o povo não participou.

Letizia sintetiza:

É pela ausência de forças sociais que defendessem os interesses econômicos gerais, que fracassou a construção nacional na área ibérica. Continuou a prevalecer nos novos estados os interesses dos mesmos empreendimentos baseados em mão-de-obra servil ou escrava, o que esvaziou a luta emancipatória de seu sentido nacional. Por isso as independências dessa área ficaram limitadas à emancipação política, mas não porque a Inglaterra tenha impedido seu desenvolvimento econômico, como reza certa tradição esquerdista latino-americana e sim porque foram independências vazias de conteúdo social. (LETIZIA,2012,p. 21.)

Ao esvaziar a luta emancipatória de seu sentido nacional as tarefas não-realizadas no processo de independência reaparecem transmitidas a épocas posteriores. A aspiração da Liberdade e Igualdade não realizadas na Independência da América Latina reaparece como movimentos nacionalistas, que vão repercutir nos povos como movimentos anti-imperialistas.

#### **4) Nações *por venir***

O processo de transitoriedade em formações sociais ou modos de produção esta relacionado a perspectiva do desenvolvimento de contradições como qual sintetizado por Marx no célebre parágrafo do “Prefácio a Introdução da Crítica a Economia Política”. Baseado em investigações do processo histórico Marx chega a um resultado em seus estudos resumindo numa formulação que aponta para um sentido histórico que ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes e se abre, assim, uma época de revolução social.

O conteúdo de desenvolvimento das contradições implícito no tema da Libertação Nacional na história da América Latina aponta para uma perspectiva de sentido histórico original com relação à formulação clássica de Marx.<sup>12</sup>

Se no marxismo clássico o desenvolvimento era condição do socialismo, para os países subdesenvolvidos o socialismo é condição do desenvolvimento (CASTRO, 1970). Ponderamos que talvez não o socialismo, mas a realização de aspirações profundas do povo latino americano que se move pela construção de nações democráticas na qual a relação social de forças seria bem mais

<sup>12</sup>Marx concibió el socialismo como resultado del desarrollo. Hoy para el mundo subdesarrollado el socialismo ya es incluso condición del desarrollo. Porque si no se aplica el método socialista –poner todos los recursos naturales y humanos del país al servicio del país, encaminar esos recursos en la dirección necesaria para lograr los objetivos sociales que se persiguen–, si no se hace eso, ningún país saldrá del subdesarrollo.” Fidel Castro a los 244 graduados del Instituto de Economía de la Universidad de La Habana, el 20-12-1969. (CASTRO, p. 133,1970)

favorável ao proletariado, relação que é a condição fundamental para qualquer possibilidade de realização do socialismo.

A diferença existente na concepção de transição socialista elaborada em regiões, onde se deu a gênese e desenvolvimento do capitalismo e a produzida na parte do mundo que foi arrastada e arrasada pela expansão mundial do capitalismo conduziu durante o século XX a grandes desacertos teóricos e políticos que até hoje são flagrantes na determinação do sujeito histórico, formas de luta, identificação do inimigo. Vamos nos concentrar num aspecto dessa diferença, qual seja o entendimento sobre questão nacional.

Para identificar a diferença entre dois sentidos que a questão nacional assume nesses dois processos históricos recorreremos à contribuição de Fernando Martinez Heredia no texto “Concepto de Socialismo” (2005) onde ele expõe a duas maneiras diferentes de entender o socialismo no mundo do século XX. A primeira é a formulação clássica do marxismo assim apresentada pelo autor:

A primeira é um socialismo que pretende mudar totalmente o sistema de relações econômicas, mediante a racionalização dos processos de produção e de trabalho, a eliminação do lucro, o crescimento sustentável das riquezas e a satisfação crescentes das necessidades da população. Propõe-se eliminar o caráter contraditório do progresso, cumprir o sentido da história, consumir a obra da civilização e o ideal da modernidade. Seu material cultural prévio foram três séculos de pensamento avançado europeu, que aportaram os conceitos, as ideias acerca das instituições guardiãs da liberdade e da equidade, e a fonte de crenças cívicas do Ocidente. Este socialismo propõe consumir a promessa não cumprida da modernidade, introduzindo a justiça social e a harmonia universal. Para triunfar, necessita um grande desenvolvimento econômico e uma grande libertação dos trabalhadores, até o ponto em que a economia deixe de ser medida pelo tempo de trabalho. (HEREDIA, 2005, p. 17, tradução nossa).

HEREDIA (2005) chama atenção para o fato de que no ambiente desse "primeiro socialismo", portador de um sentido de consumir a obra da civilização e o ideal da modernidade, privilegia a significação burguesa do Estado, a nação e o nacionalismo relacionados a instituições de dominação e manipulação.

O nacionalismo, como conceito derivado do processo histórico referente à gênese das classes antagônicas e complementares, burguesia e proletariado, carrega essa contradição, que as fronteiras nacionais assumem na lógica da racionalidade moderna.

O nacionalismo, política e ideal triunfante em grande parte do continente e que parecia próximo a generalizar-se, seria superado pela ação do proletariado paneuropeu, que conduziria finalmente o resto do mundo a uma nova ordem na qual não haveria fronteiras. As ideologias burguesas do progresso e da civilização podiam ser aceitas pelos proletários porque eles as voltariam contra o domínio burguês: o socialismo seria a realização da racionalidade moderna.(HEREDIA, 2005, p. 04, tradução nossa)

Essa concepção de nacionalismo traz implícita a conotação de um sujeito histórico, resultado de um processo de desenvolvimento do capitalismo, capaz de levar a cabo uma nova onda revolucionária como fora a da burguesa, de alcance mundial, mas com um conteúdo oposto, libertador de todas as opressões e de todos os oprimidos. Com relação a esse sujeito histórico portador das aspirações colocadas no programa da modernidade, o internacionalismo proletário assume centralidade nos

projetos políticos.

O interessante é comparar com projetos políticos que estão obrigados a ir muito além do que os ideais da razão e da modernidade e por isso devem mover-se em outro terreno como sugere Heredia (2005):

A transição socialista dos países pobres deveria ser então o que a primeira vista pareceria um paradoxo: o socialismo que está a seu alcance e o projeto que pretende realizar estão obrigados a ir muito além do cumprimento dos ideais da razão da modernidade e, de entrada, devem mover-se em outro terreno. Seu caminho exige negar que a nova sociedade seja o resultado da evolução do capitalismo, negar a ilusão de que apenas a expropriação dos instrumentos do capitalismo permitirá construir uma sociedade que o “supere” e negar-se a “cumprir etapas intermediárias” supostamente “anteriores” ao socialismo. É dizer, a este socialismo que lhe é inevitável trabalhar pela criação de uma nova concepção da vida e do mundo, ao mesmo tempo em que se empenha em cumprir com suas práticas mais imediatas. (HEREDIA, p.20, 2005)

Essa "segunda formulação sobre socialismo" que Heredia (2005) nos convida a pensar é precisamente a que traz um conteúdo original com relação a essa primeira formulação clássica do marxismo ao levar em conta o tema da Libertação Nacional.

A outra maneira de entender o socialismo tem sido a de conquistar em um país a libertação nacional e social, derrocando o poder estabelecido e criando um novo poder, pondo fim ao regime de exploração capitalista e seu sistema de propriedade, eliminar a opressão e abater a miséria, e efetuar uma grande redistribuição das riquezas e da justiça. Suas práticas têm outros pontos de partida. Suas conquistas fundamentais são o respeito à integridade e à dignidade humana, a obtenção de alimentação, serviços de saúde, educação, emprego e demais condições de uma qualidade de vida decente para todos, e a implantação da prioridade dos direitos das maiorias e das premissas da igualdade efetiva das pessoas, além de seu lugar social, gênero, raça e idade. Garante sua ordem social e certo grau de desenvolvimento econômico e social, mediante um poder muito forte e uma organização revolucionária a serviço da causa, honestidade administrativa, centralização dos recursos e sua destinação aos fins econômicos e sociais selecionados ou urgentes, busca de relações econômicas internacionais menos injustas e planos de desenvolvimento. (HEREDIA, 2005, p.17, tradução nossa)

Sem desmerecer a centralidade da contradição entre capital e trabalho, esse socialismo deve garantir em seu processo de transição a satisfação de necessidades básicas e, ao mesmo tempo, ser criativo para fundar instituições e práticas democráticas no bojo de uma nova cultura “diferente e oposta ao do capitalismo”:

Este socialismo deve recorrer um duro e longo caminho visando garantir a satisfação de necessidades básicas, a resistência eficaz frente a seus inimigos e às agressões e atrativos do capitalismo, e enfrentar as graves insuficiências emergentes do chamado subdesenvolvimento e dos defeitos de seu próprio regime. Ao mesmo tempo que realiza todas essas tarefas - e não depois - deve fundar instituições e cultura democráticas, e um estado de direito. Em realidade está obrigado a criar uma nova cultura diferente e oposta à do capitalismo. (HEREDIA, p.18, 2005)



Além de não poder depreciar o esforço civilizatório esse segundo modo de socialismo tem como fundamento um projeto libertador que deve combinar com êxito as aspirações de justiça social com as de liberdade e autodeterminação nacional.

Destacamos que a contribuição dessa distinção que faz Heredia é no sentido de mostrar que, enquanto a exploração do trabalho assalariado e a missão do proletariado têm lugares prioritários na ideologia do primeiro socialismo, para o segundo, o central são as reivindicações de todos os oprimidos, explorados, marginalizados ou humilhados em derrotar o binômio dominante nativo-estrangeiro, libertar as relações e as subjetividades da colonização, o que passa por expropriar da burguesia, o controle do nacionalismo e do patriotismo.

## 5) Considerações finais

Resgatemos a indagação inicial do nosso artigo: da perspectiva da classe trabalhadora, a formulação política de um “horizonte de tarefas nacionais pendentes de serem realizadas” contribui para a organização e lutas dos trabalhadores ou representa um retrocesso, um rebaixamento de programas partidários ou até uma ameaça?

Destacamos nos autores pesquisados que, em se tratando de povos com histórico de Nações Negadas, “o modo de agir com violência” é a marca de como a contradição vai se desenvolver no processo histórico do continente. Como pontuamos identificar a violência como força motriz do processo revela o fundamento predominante nas relações sociais marcado pela violência exacerbada das forças opressoras dos Estados Nacionais, pelo desprezo à vida e notadamente pela exploração da força de trabalho. Essa violência é desdobramento de um processo distinto da violência própria da sociedade de classes em geral. Trata-se de uma violência que não opera na condição de um ser humano sobre outro, mas no caso rejeita a humanidade de homens, mulheres e crianças, ao negar as nações nativas das colônias no continente a oeste do Atlântico.

A violência, que em Marx é o “pecado original” na constituição de Nações Burguesas, é a marca da “formação deformada” de Nações Aleijadas, em que as aspirações de nacionais não foram realizadas.

É precisamente nos Movimentos de Independência, quando a ressonância da Revolução Francesa repercute no povo da América Latina trazendo aspirações emancipatórias da modernidade, que se observa que esses ideais ficam restritos à independência política da burguesia, e que caracteriza o *aleijo* de nascença da questão nacional. Ou seja, os ideais humanos que a modernidade prenuncia, não têm aderência à sub-humanidade a que foram lançados os povos de nações negadas.

A violência de negar as aspirações emancipatórias da modernidade a esses povos os obrigam a ir além das aspirações modernas de igualdade e liberdade para existirem enquanto nações.

Em consequência, as tarefas de realização nacional, que são pressuposto para democracia, colocam-se como pendentes e dizem respeito a aspirações profundas desses povos, transmitidas a épocas posteriores<sup>13</sup>. Essas aspirações aparecem como conteúdo dos movimentos por libertação nacional que não separam essa luta da luta antiimperialista e socialista. Nesse sentido são nações *por venir* que, precisam ir além dos ideais da modernidade para realizar suas necessidades mais básicas.

A questão é a inviabilidade histórica dessas necessidades mais básicas serem atendidas no desenvolvimento capitalista previsto para formas nacionais por meio de reformas. Nesse caso, o “horizonte de tarefas nacionais pendentes de serem realizadas” representa um retrocesso, um rebaixamento de programas partidários ou até uma ameaça decair no chamado reformismo, quando se

<sup>13</sup> Por exemplo, a luta por Liberdade, apropriação do território pelo povo, reaparece nos movimentos por Reforma Agrária.

acredita que é possível a realização das tarefas nacionais e democráticas em sociedades de nações aleijadas, em que a luta de classes tem uma dinâmica marcada pela exacerbada violência<sup>14</sup>.

A luta por revolução, em Nações Aleijadas, apropria-se da formulação política de um “horizonte de tarefas nacionais pendentes de serem realizadas” no sentido de contribuir para a organização e lutas dos trabalhadores, entendendo que essas reformas não são realizadas na sociedade de classe e, portanto o que está em jogo, num programa de tarefas nacionais e democráticas pendentes, não é a realização dessas tarefas, mas sim, mudar a correlação de forças na sociedade para realizar as tarefas populares, num processo de transformações profundas e estruturais na sociedade.

A luta anti-capitalista, ou o confronto ao capital, deve visar garantir a satisfação de necessidades básicas e, nesse sentido, levar em conta que as massas não estão inclinadas a se engajar pela revolução. Concretamente, é a possibilidade de criar força social que leve as conquistas por direitos, até o limite, com a intencionalidade de classe de evidenciar que essas conquistas não serão realizadas no capitalismo e que, portanto, o esforço de levar até o fim as tarefas do Programa Nacional Democrático conduzem ao processo de transição socialista.

O esgotamento das possibilidades de conquista dos trabalhadores na sociedade capitalista, em última instância, pressupõe superar a ilusão com a democracia liberal burguesa, o que só se dá pela experiência concreta das massas populares.

A idéia de vir a ser nações (ou nações *por vir*) evidencia a centralidade no terreno da luta política em que a democracia liberal burguesa deve ser apontada como o limite da luta reivindicativa, que é superada pela luta revolucionária, por sua vez, com centralidade na conquista do poder Estado. Florestan Fernandes disse que “a luta por reformas cede lugar à luta revolucionária”, ou seja, cede lugar num processo sem etapas de avanço da democracia, pelo avanço num processo ininterrupto de esforços da classe trabalhadora, ao buscar realizar reformas e obter conquista se depara concretamente com as contradições de classe. Esse processo de avanço das reformas e direitos altera a correlação de forças, criando uma situação de impasse, quando se coloca objetivamente no horizonte de luta, a superação da dominação do Estado e da sociedade de classes pela retomada dos meios de produção, esforço esse propriamente de um processo de revolução socialista.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio Flávio. *Nacionalitarismo e democracia: para um reexame da questão nacional*. In Lutas Sociais, n.2, primeiro semestre 1997.
- CASTRO, F. *Pensamiento Crítico* núm. 36, La Habana, 1970.
- FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FERNANDES, Florestan. *Padrões de Dominação externa na América Latina*. In. Barsotti e Pericás (ORG) *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1999.
- FARRET, Rafael Leporace e RODRIGUES, Simone. *América Latina: da construção do nome à consolidação da idéia*. TPOI, v.12,n.23, jul. –dez. 2011
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Cia Editorial Nacional, 1968.
- LETIZIA, V. *Contradições que movem a história do continente oeste atlântico*. (www.interludium.com.br) Acesso em 28 de janeiro 2013.
- HEREDIA, Fernando Martínez. *Socialismo*, La Habana, Editora Pensamiento Socialista, 2005.
- HOBBSAWM, *Era do Capital*, São Paulo, Editora Paz e Terra, 2004.

<sup>14</sup>Há uma necessidade diante desse embate teórico, político e ideológico que historicamente o Programa Nacional Democrático e Popular assumiu no Brasil na trajetória do Partido dos Trabalhadores.

LOWY, M.. *Marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Editora Perseu Abram, 2006.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, volume 1. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *Prefácio de Para a crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, São Paulo, Editora Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Crítica ao Programa de Gotha*, São Paulo, São Paulo, Editora Boitempo, 2012.